

**\* Publicada no DOETCE-MS n.º 4.263, de 18 de dezembro de 2025 – páginas 6-9.**

**ORIENTAÇÃO TÉCNICA AOS JURISDICIONADOS – OTJ N.º 5, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

Dispõe sobre orientações técnicas às administrações tributárias do Estado e dos municípios para a adoção de medidas iniciais e prioritárias voltadas à adequação do novo modelo de tributação e repartição de receitas, instituído pela Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, e pela Lei Complementar n.º 214, de 2025.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por proposição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Conselho Federativo do Imposto de Bens e Serviços - CIBS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 1º e 2º da Portaria TCE/MS n.º 210, de 29 de julho de 2025,

Considerando as alterações no Sistema Tributário Nacional promovidas pela Emenda Constitucional n.º 132, de 20 de dezembro de 2023, que instituiu o modelo dual de Imposto sobre Valor Agregado (IVA), por meio da criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União;

Considerando o Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 108/2024 (Substitutivo do Senado), em tramitação, que disciplinará a distribuição do produto da arrecadação do IBS e o cálculo da Receita Média de Referência (RMR) para o período de transição;

Considerando a competência deste Tribunal para fiscalizar e acompanhar a arrecadação da receita pública, nos termos do art. 21, X, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012;

Considerando a Portaria Conjunta ATRICON-IRB-CNPTC-ABRACOM-AUDICON-AMPCON-ANTC n.º 01/2024, que instituiu Grupo de Trabalho sobre a Reforma Tributária e seus desdobramentos, assegurando atuação integrada dos Tribunais de Contas;

Considerando a Portaria TCE/MS n.º 210/2025, que instituiu a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Conselho Federativo do Imposto de Bens e Serviços - CIBS, no âmbito deste Tribunal;

Considerando a Nota Recomendatória Conjunta ATRICON-IRB-CNPTC-ABRACOM-AUDICON-AMPCON-ANTC n.º 03/2024, que recomenda atuação sistêmica e uniforme dos Tribunais de Contas diante das inovações trazidas pela Reforma Tributária;

Considerando que a transição entre os regimes atuais e o novo modelo, exige planejamento, coordenação e acompanhamento contínuo, a fim de mitigar riscos fiscais e assegurar estabilidade às contas públicas; e

Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabeleceu normas gerais iniciais, prazos específicos e determinações urgentes para a implementação das mudanças no Sistema Tributário Nacional, impactando diretamente a competência tributária e a estrutura de receitas dos municípios, bem como exigindo a adaptação e o compartilhamento dos sistemas de emissão de documentos fiscais e dos cadastros municipais, nos termos dos arts. 62, 266 e 324 a 327.

**ORIENTA:**

**CAPÍTULO I**  
**PLANO NORMATIVO**

Art. 1º O Estado e os municípios devem se atentar às alterações trazidas pela Emenda Constitucional n.º 132, de 2023, e pela Lei Complementar n.º 214, de 2025, bem como acompanhar a tramitação do Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 108, de 2024, para o cumprimento tempestivo das obrigações impostas.

Parágrafo único. As referidas normas instituem e regulamentam o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e o Comitê Gestor do IBS (CG-IBS), produzindo impactos relevantes sobre as competências tributárias, especialmente em razão da extinção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), bem como da definição da nova sistemática de partilha do IBS entre os entes federativos.

**CAPÍTULO II**  
**DIRETRIZES PARA ADAPTAÇÃO DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS: NOTA FISCAL ELETRÔNICA E NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA**

Art. 2º A partir de 1º de janeiro de 2026, o Estado e os municípios devem:

- I - adaptar os sistemas de emissão de documentos fiscais eletrônicos ao leiaute padronizado nacional, garantindo interoperabilidade com o ambiente comum do Comitê Gestor do IBS e das administrações tributárias;
- II - assegurar o compartilhamento eletrônico de informações com o Ambiente de Dados Nacional (ADN), conforme art. 62 da Lei Complementar n.º 214/2025; e
- III - instituir equipes técnicas e planos de adequação tecnológica, assegurando compatibilidade entre cadastros, documentos fiscais e bancos de dados municipais.

Art. 3º A partir de 1º de janeiro de 2026, os municípios devem:

- I - implementar a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – Padrão Nacional (NFS-e), aderindo formalmente ao Convênio nacional, conforme uma das modalidades disponíveis no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/nfse/pt-br/municipios/como-conveniar-se/como-conveniar-se>; ou
- II - no caso de optarem pela utilização de sistema emissor próprio, devem realizar os ajustes técnicos necessários para a integração de seu sistema ao ambiente nacional, de modo que o compartilhamento dos dados possa ocorrer desde 1º de janeiro de 2026.

Art. 4º Recomenda-se a criação de Comissões Locais de Transição Tributária, com representantes das Secretarias de Fazenda, Controladorias Internas e órgãos de Tecnologia da Informação, responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e execução das medidas.

**CAPÍTULO III**

## RECEITA MÉDIA DE REFERÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DO IBS

Art. 5º O Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 108/2024, ainda em tramitação, prevê regras para a futura distribuição da arrecadação do IBS entre estados, Distrito Federal e municípios, durante o período de transição, recomenda-se que os gestores acompanhem atentamente a evolução do processo legislativo, dada a relevância do tema para a gestão fiscal municipal.

§ 1º Conforme a redação atualmente prevista (arts. 114 e 115 do Substitutivo do Senado), a distribuição considerará a receita média de referência calculada para o período de 2029 a 2077, com base na arrecadação anual do ISS e da cota-parte do ICMS dos exercícios de 2019 a 2026. Ressalta-se que esses parâmetros ainda podem ser ajustados até a aprovação definitiva do PLP.

§ 2º Diante do potencial impacto dessa receita média na composição futura dos repasses do IBS, recomenda-se que os gestores assegurem a correta contabilização das receitas municipais, especialmente no âmbito do SICONFI, além de fortalecerem as rotinas e capacidades da administração tributária local.

§ 3º As regras aqui mencionadas dependem da aprovação final do PLP n.º 108/2024 pelo Congresso Nacional, sendo imprescindível manter acompanhamento contínuo de seu trâmite e das possíveis alterações que possam influenciar o planejamento fiscal e a gestão das receitas municipais.

## CAPÍTULO IV

### CADASTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO (CIB) E GESTÃO TERRITORIAL

Art. 6º É obrigatória a inscrição de todos os imóveis urbanos e rurais no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), conforme art. 265 da LC n.º 214/2025, integrante do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter).

Art. 7º Os prazos-limite para a inscrição de todos os imóveis no CIB, conforme os arts. 266 e 544, II, da citada Lei, são os seguintes:

- I - capital: até 1º de janeiro de 2026; e
- II - municípios: até 1º de janeiro de 2027.

Art. 8º O CIB deverá constar em todos os documentos municipais relativos a obras e construção civil e integrar-se aos sistemas do IBS e do Sinter, garantindo interoperabilidade e atualização cadastral.

Parágrafo único. A ausência de cumprimento poderá acarretar:

- I - dificuldades na implementação do IBS e da CBS;
- II - perda de eficiência arrecadatória; e
- III - prejuízos ao planejamento urbano, rural, ambiental e patrimonial.

## CAPÍTULO V

## ATUALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DAS ORIENTAÇÕES

Art. 9º Para fins de planejamento e acompanhamento, consta em anexo, quadro consolidado de ações prioritárias.

§ 1º Recomenda-se, adicionalmente, a leitura do Guia Orientativo para Impactos Administrativos da Reforma Tributária, disponibilizado no sítio eletrônico do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), acessível em: <https://cgibs.gov.br/guia-de-orientacoes-para-impactos-administrativos-da-reforma-tributaria>, que reúne as principais orientações necessárias para que o Estado e os municípios possam se preparar de forma estruturada, segura e alinhada às diretrizes nacionais de implementação do novo sistema tributário.

Art. 10. As orientações constantes nesta OTJ são de caráter inicial e visam oferecer diretrizes para a fase preparatória de adaptação ao novo modelo de tributação.

## CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Estas orientações não excluem as obrigações estabelecidas em atos normativos próprios e na legislação pertinente, permanecendo válidas até a edição de novas orientações complementares pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a evolução normativa e operacional da Reforma Tributária.

Art. 12. As orientações constantes nesta OTJ têm caráter técnico-orientativo e preventivo, visando subsidiar os jurisdicionados no cumprimento tempestivo das obrigações legais decorrentes da Reforma Tributária, sem prejuízo das competências fiscalizatórias e sancionatórias deste Tribunal previstas na legislação aplicável.

Art. 13. Esta Orientação Técnica entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 15 de dezembro de 2025.

Conselheiro **FLÁVIO KAYATT**

Presidente

**Valéria Saes Cominale Lins**

Diretora de Controle Externo

**Anexo I – QUADRO-RESUMO DE AÇÕES PRIORITÁRIAS**

<b>Prazo</b>	<b>Medidas a serem adotadas</b>	<b>Fundamento Legal</b>	<b>Consequências do não atendimento</b>
Até 1º de janeiro de 2026	O Estado e os municípios devem adaptar os sistemas autorizadores e aplicativos de emissão simplificada de documentos fiscais eletrônicos para uso de leiaute padronizado, permitindo informar dados de IBS e CBS.	Art. 62, I, da Lei Complementar n.º 214, de 2025.	Suspensão temporária das transferências voluntárias.
Até 1º de janeiro de 2026	O Estado e os municípios devem compartilhar os documentos fiscais eletrônicos (após recepção, validação e autorização) com o ambiente nacional de uso comum do Comitê Gestor do IBS e das administrações tributárias da União, Estados, DF e municípios.	Art. 62, II, da Lei Complementar n.º 214, de 2025.	Suspensão temporária das transferências voluntárias.
Até 1º de janeiro de 2026	Os municípios devem adotar medidas para garantir a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) em conformidade com o Padrão Nacional, devendo:  a) autorizar contribuintes a emitir a NFS-e por meio do ambiente de dados nacional; ou  b) compartilhar documentos fiscais eletrônicos de sistemas próprios com o Ambiente de Dados Nacional (ADN) da NFS-e.	Art. 62, § 1º, da Lei Complementar n.º 214, de 2025.	Suspensão temporária das transferências voluntárias.
Até 1º de janeiro de 2026	O município de Campo Grande, capital do Estado, deve realizar a inscrição de todos os imóveis urbanos e rurais no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), integrante do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter).	Arts. 265, 266, e 544, II, da Lei Complementar n.º 214, de 2025.	Dificuldades para implementação do IBS e do CBS. Perda de eficiência da arrecadação. Prejuízos ao planejamento urbano/rural e à gestão

			ambiental/patrimoni al.
Até 1º de janeiro de 2027	Demais municípios devem realizar a inscrição de todos os imóveis urbanos e rurais no Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), integrante do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter).	Arts. 265, 266, e 544, II, da Lei Complement ar n.º 214, de 2025.	Dificuldades para implementação do IBS e do CBS. Perda de eficiência da arrecadação.  Prejuízos ao planejamento urbano/rural e à gestão ambiental/patrimoni al.